



**Companhia Brasileira de Distribuição**

CNPJ/MF 47.508.411/0001-56

NIRE 35.300.089.901

**Proposta da Administração e Manual de Participação para a Assembleia Geral Ordinária  
a ser realizada em 26 de abril de 2023.**

São Paulo, 27 de março de 2023.

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO .....	2
2.	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS .....	3
2.1.	Participação Na Assembleia Via Sistema Eletrônico.....	3
2.2.	Participação Por Meio De Boletim De Voto À Distância .....	5
2.2.	Instalação do Conselho Fiscal.....	6
3.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	7
I.	<i>Demonstrações Financeiras</i> .....	7
II.	<i>Proposta de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal</i> .....	7
4.	APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	7
	<i>Anexo I</i> .....	8
	<i>Anexo II</i> .....	39

## 1. INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”) vem apresentar a seguir informações acerca das matérias a serem deliberadas por proposta da Administração na Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“Assembleia”) a ser realizada **de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, no dia 26 de abril de 2023, às 15h00**, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas.

A Companhia preparou a presente Proposta de Administração e Manual de Participação para a Assembleia (“Proposta”), em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer a todos os seus Acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua Diretoria de Relações com Investidores, para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

Na Assembleia, serão deliberadas as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

**I.** Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

**II.** Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação.

As propostas da Administração sobre os itens da Assembleia, bem como as informações sobre cada uma das matérias, estão detalhadas no item 3 desta Proposta.

São Paulo, 27 de março de 2023.

**A Administração**  
**Companhia Brasileira de Distribuição**

## 2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

Conforme orientações abaixo, a Companhia admitirá a participação dos Acionistas mediante: (i) voto via sistema eletrônico durante a Assembleia; ou (ii) envio de boletim de voto a distância, o qual está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)) e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), e poderá ser encaminhado por meio de seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço), da Itaú Corretora de Valores S.A., que é agente escriturador da Companhia (“Agente Escriturador”) ou diretamente à Companhia por *e-mail*, conforme abaixo indicado (“Boletim de Voto à Distância”).

O Acionista que participar da Assembleia por meio da plataforma digital será considerado presente e assinante da ata e do livro de presença dos acionistas.

### 2.1. Participação na Assembleia via sistema eletrônico

A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital. Os Acionistas ou procurador/representante que desejarem participar da Assembleia deverão acessar o endereço eletrônico [https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal\\_/#/?id=4E01EC0872DE](https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=4E01EC0872DE), preencher o seu cadastro, sendo certo que no caso de procurador/representante este deverá indicar cada Acionista que irá representar, e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2023. No caso de procurador/representante, o mesmo deverá realizar o cadastro com seus dados no endereço eletrônico indicado acima. Após realizar o seu próprio cadastro, o procurador/representante, deverá, através do mesmo *link*, indicar cada Acionista que irá representar e anexar todos os documentos indicados abaixo. O procurador receberá *e-mail* individual sobre a situação de habilitação de cada Acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação dos documentos. O procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos Acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas e/ou seus procuradores/representantes, conforme o caso, por meio da plataforma digital no endereço eletrônico indicado acima:

- (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, expedido pelo órgão custodiante;
- (b) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;
- (c) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do procurador/representante legal;
- (d) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou

contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do procurador/representante legal; e

- (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil.

Com o intuito de assegurar a participação dos Acionistas, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notarização, legalização/apostilamento e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles assinados fora do país.

Ainda, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, sendo exigidas nos demais casos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto e vigentes: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Verificada a regularidade dos documentos de representação enviados nos termos acima, serão encaminhadas após a habilitação a ser confirmada pela Companhia por *e-mail*, para cada Acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) que tenha efetuado o regular cadastro, as informações e orientações para acesso à plataforma digital, incluindo, mas sem limitação, o *login* e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso à Assembleia. O procurador que porventura represente mais de um Acionista somente poderá votar na Assembleia pelos Acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia.

Tais informações e orientações serão encaminhadas exclusivamente para o endereço de *e-mail* informado no cadastro.

Caso o Acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) não tenha recebido as orientações acima mencionadas, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do *e-mail* [societario@multivarejogpa.com.br](mailto:societario@multivarejogpa.com.br), com cópia para [gpa.ri@gpabr.com](mailto:gpa.ri@gpabr.com), e em até 2 (duas) horas antes do horário de início da Assembleia, para que as orientações lhe sejam reencaminhadas.

Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do cadastro, a Companhia entrará em contato com o Acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) para solicitar tal

complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e orientações para acesso à plataforma digital no prazo referido acima.

Os Acionistas ou procuradores/representantes, conforme o caso, credenciados se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia; (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia.

O acesso ao sistema eletrônico da Assembleia será restrito aos Acionistas (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) que se credenciarem até o dia 24 de abril de 2023 e ingressarem na plataforma digital até o momento da abertura dos trabalhos. Na data da Assembleia, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do Acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via *link*, conforme instruções aqui indicadas. A Companhia recomenda que os Acionistas façam testes e se familiarizem previamente com a plataforma digital, e a acessem com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais com a sua utilização no dia da Assembleia.

A Companhia não será responsável por problemas de conexão dos Acionistas ou de seus procuradores/representantes, conforme o caso, ou qualquer outra situação que não esteja sob seu controle. Os Acionistas que não receberem o *link* para participação ou tiverem qualquer outra dúvida deverão entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores e/ou Departamento Jurídico Societário pelos *e-mails* [gpa.ri@gpabr.com](mailto:gpa.ri@gpabr.com) e [societario@multivarejogpa.com](mailto:societario@multivarejogpa.com).

## **2.2. Participação por meio de Boletim de Voto à Distância**

Os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto à Distância, nos termos da Resolução CVM 81, deverão (a) preencher o Boletim de Voto à Distância, conforme orientações de preenchimento nele constante; e (b) enviá-lo (i) diretamente à Companhia por *e-mail*; ou (ii) ao Agente Escriturador; ou (iii) aos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço).

Em todos os casos, para o Boletim de Voto à Distância produzir efeitos, o dia 19 de abril de 2023 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas abaixo indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o Boletim de Voto à Distância for recebido após o dia 19 de abril de 2023, os votos não serão computados.

Seguem abaixo as instruções para envio do Boletim de Voto à Distância:

I. Envio do Boletim de Voto à Distância diretamente à Companhia: O Acionista deverá enviar por *e-mail*, com aviso de recebimento ao Departamento Jurídico Societário ([societario@multivarejogpa.com](mailto:societario@multivarejogpa.com)), o Boletim de Voto à Distância (preenchido, rubricado e

assinado, sem necessidade de reconhecimento de firma, conforme orientações de preenchimento nele constante) acompanhado da cópia dos documentos listados no item 2.1 acima. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará o Boletim de Voto à Distância assinado por meio eletrônico, preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil; ou

II. Envio do Boletim de Voto à Distância ao Agente de Custódia ou ao Agente Escriturador da Companhia: Os Acionistas que detenham ações de emissão da Companhia depositadas em central depositária poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do Boletim de Voto à Distância, por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso prestem esse tipo de serviço. Os Acionistas que não tiverem suas ações depositadas em central depositária poderão transmitir as instruções de voto ao Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. A entrega do Boletim de Voto à Distância estará sujeita às regras, orientações e prazos fixados por cada agente de custódia ou pelo Agente Escriturador, conforme o caso. Para tanto, o Acionista deverá entrar em contato com estes e verificar os procedimentos, documentos e informações por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto pelo Boletim de Voto à Distância.

O Boletim de Voto à Distância está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)) e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### **2.3. Instalação do Conselho Fiscal**

Importante destacar que a instalação de Conselho Fiscal, que constará no Boletim de Voto à Distância, não compõe esta Proposta, tendo sido inserida por exigência regulatória.

Nesse sentido, a Administração esclarece que, nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia já possui um Comitê de Auditoria Estatutário cujos membros são indicados pelo Conselho de Administração – sendo composto por membros independentes do próprio Conselho e externos – e que cumpre com (i) os requisitos obrigatórios previstos na Resolução da CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme em vigor; (ii) os requisitos obrigatórios previstos no Regulamento do segmento de listagem de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado; e (iii) os requisitos normativos previstos pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), considerando que a Companhia tem American Depositary Receipts -ADRs nível III admitidos e listados na Bolsa de Valores de Nova York (“NYSE”) (), nos Estados Unidos, desde 29 de maio de 1997.

O Comitê de Auditoria Estatutário possui as atribuições legais do Conselho Fiscal, inclusive aquelas exigidas pela *Sarbanes-Oxley Act*, em linha com as exigências às companhias listadas na NYSE.

### **3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração da Companhia submete à Assembleia as propostas descritas a seguir:

#### **I. Demonstrações Financeiras**

A Administração propõe que sejam aprovadas as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os quais obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme divulgados em 27 de fevereiro de 2023 na íntegra no *website* de Relações com Investidores da Companhia e nos *websites* da CVM e da B3 e publicadas de forma resumida no jornal “Folha de São Paulo” em 23 de março de 2023, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”).

Atendendo ao disposto no artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81, são apresentadas no **Anexo I** à presente Proposta as informações do item 2 do Formulário de Referência, as quais refletem os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia.

Conforme verificado nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$171.767.502,72.

Desta forma, não haverá qualquer destinação do resultado contábil de tal exercício, razão pela qual as informações indicadas no artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81, não são apresentadas.

#### **II. Proposta de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal**

A Administração propõe a remuneração global dos administradores e do Conselho Fiscal, caso os acionistas requeiram a sua instalação, para o exercício social de 2023, no valor total de até R\$ 58.293.072,40 (cinquenta e oito milhões, duzentos e noventa e três mil, setenta e dois reais e quarenta centavos). Tal valor será distribuído entre Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, caso instalado, conforme critérios e padrões definidos pela Companhia e observada a legislação em vigor. Tal valor engloba a despesa decorrente dos contratos celebrados com os Diretores e membros do Conselho de Administração no âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, os quais não têm natureza de remuneração para fins trabalhistas.

Ainda, atendendo ao disposto no artigo 13, inciso II, da Resolução CVM 81, a Companhia apresenta no **Anexo II** à presente Proposta as informações do item 8 do Formulário de Referência.

### **4. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS**

A presente proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2023, conforme ata que se encontra à disposição de V.Sas. na sede

da Companhia, no *website* de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)), e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**Anexo I**  
**À Proposta da Administração e Manual de Participação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2023**

**Capítulo 2 do Formulário de Referência da Companhia**

**2.1. Os diretores devem comentar sobre:**

*Introdução*

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 27 de fevereiro de 2023, inclusive as Notas Explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

Desde o ano de 2021, a Companhia vem fortalecendo a sua posição como uma companhia multinegócios, multiformato e multirregião, como consequência da gestão estratégica do portfólio, do posicionamento e adequação da proposta de valor das bandeiras e da oferta de produtos e serviços alinhados às necessidades dos(as) seus(as) clientes, o que se manteve ao longo de 2022.

Adicionalmente, a partir do 4T22, em consequência do processo de segregação dos negócios da Companhia e do Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”), conforme divulgado nos fatos relevantes em 10 de agosto, 5 de setembro e 30 de dezembro de 2022, 9 de janeiro de 2023 e 14 de fevereiro de 2023, as atividades do Éxito passaram a ser tratadas como atividades descontinuadas, tal qual a Companhia já vinha fazendo desde o 1T22 com a linha de negócio Extra Hiper.

Dessa forma, as vendas líquidas, assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas retrospectivamente, conforme definido no IFRS 5/CPC 31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 – Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Exceto se de outra forma indicado, os comentários nesta seção 2 referem-se ao resultado das operações em continuidade.

Em 2022, a Companhia finalizou a operação de 68 Extras hipermercados e de 69 drogarias. No mesmo período, foi acelerado o projeto de expansão com a abertura de 72 lojas no Brasil, totalizando em 31 de dezembro de 2022 735 lojas em atividade no Brasil. A Companhia continuou avançando e reforçando seu ecossistema digital através da expansão dos modelos de entrega, plataforma de marketplace e fortalecimento do

programa de coalizão Stix Fidelidade, que em 2022 alcançou quatro milhões de usuários. Os varejistas Sodimac e Polishop se juntaram ao programa também neste ano, contribuindo para elevar sua presença para mais de quatro mil pontos de vendas no país. O faturamento no exercício social de 2022 do e-commerce alimentar atingiu R\$ 1,6 bilhão, crescimento de 15% comparado ao ano de 2021.

O faturamento bruto da Companhia no Brasil teve um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior, encerrando 2022 em R\$ 18,5 bilhões. A Companhia também registrou EBITDA ajustado de R\$ 2,9 bilhões vs R\$ 3,3 bilhões em 2021 (excluindo elementos excepcionais deste período).

Para maiores informações, vide item 2.1.h.

#### **b. estrutura de capital**

<b>CONSOLIDADO</b>				
<b>(R\$ milhões)</b>	<b><u>31.12.2022</u></b>	<b><u>AV</u></b>	<b><u>31.12.2021</u></b>	<b><u>AV</u></b>
Passivo (Circulante e Não-Circulante)	30.106	68,7%	33.063	66,9%
Total Patrimônio Líquido	13.733	31,3%	16.380	33,1%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>43.839</b>	<b>100,0%</b>	<b>49.443</b>	<b>100,0%</b>

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital do GPA para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

## Endividamento

1) EBITDA Ajustado pós-IFRS 16, acumulado últimos 12 meses

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>(1.001)</b>	<b>(1.470)</b>
Empréstimos e Financiamentos	(980)	(381)
Debêntures	(21)	(1.089)
<b>Dívida de Longo Prazo</b>	<b>(4.861)</b>	<b>(7.582)</b>
Empréstimos e Financiamentos	(2.204)	(4.058)
Debêntures	(2.657)	(3.524)
<b>Total da Dívida Bruta</b>	<b>(5.862)</b>	<b>(9.051)</b>
Caixa e Aplicações Financeiras	3.752	8.274
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(2.110)</b>	<b>(778)</b>
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	84	80
<b>Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados</b>	<b>(2.027)</b>	<b>(698)</b>
EBITDA Ajustado	897	1.162
<b>Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado<sup>(1)</sup></b>	<b>2,3x</b>	<b>0,6x</b>

A Companhia encerrou 2022 com alavancagem de 2,3x dívida líquida/EBITDA ajustado. A dívida líquida ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados totalizou R\$ 2,0 bilhões em dezembro de 2022.

A posição de caixa contabilizou R\$ 3,8 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 84 milhões, somando R\$ 3,8 bilhões em disponibilidade de recursos.

A dívida bruta diminuiu R\$ 3,2 bilhões, sendo que a Companhia estima que aproximadamente R\$ 1,3 bilhão decorreu da descontinuidade do Grupo Éxito, totalizando R\$ 5,9 bilhões no período. Desse total, cerca de R\$ 2,7 bilhões referem-se à emissão de debêntures e notas promissórias, com taxas médias de CDI + 1,71% a.a. e vencimento até 2028.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis garantem à Companhia plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo, conforme demonstrações financeiras auditadas e apresentadas regularmente à CVM.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A captação de recursos em 2022 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos contraídos em moeda corrente nacional, com

obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos contraídos em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento em moeda corrente nacional e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

Em 2022, a Companhia não enfrentou dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A administração da Companhia entende que as fontes de financiamento utilizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo GPA como fontes de financiamento, se necessário.

Dessa forma, para fins de financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia pretende recorrer às seguintes fontes de financiamento: (A) contratos financeiros compreendendo: (i) financiamentos em moeda corrente nacional, com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos em moeda estrangeira, com a possibilidade de “troca” parcial ou na sua totalidade por obrigações de pagamento em moeda corrente nacional e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

As tabelas abaixo apresentam (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma) o endividamento consolidado da Companhia junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2022, observado que a dívida é composta por: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures e notas promissórias.

*Contratos de empréstimo e financiamento*

Ano	Consolidado		
	Taxa média	31.12.2022	31.12.2021
	<b>2022</b>	2021	
		1% a.a.	
De 1 a 2 anos	<b>1.371</b>	2.724	<b>2.679</b> <b>4.613</b>
De 2 a 3 anos	<b>1.749</b>	1.689	<b>2.679</b> <b>4.613</b>
De 3 a 4 anos	<b>1.250</b>	1.334	
De 4 a 5 anos	<b>260</b>	1.252	<b>2.721</b> <b>2.737</b>
Após 5 anos	<b>260</b>	599	<b>9</b> <b>11</b>
Subtotal	<b>4.890</b>	7.598	<b>-</b> <b>(1)</b>
		% a.a.	<b>(7)</b> <b>(11)</b>
			<b>2.723</b> <b>2.736</b>
Custos de captação	<b>(28)</b>	<b>(17)</b>	
Total	<b>4.862</b>	7.581	<b>403</b> <b>448</b>
		12% a.a.	
Capital de giro -pesos colombianos		IBR 1M+1,45%	<b>-</b> <b>276</b>
Capital de giro -pesos colombianos		IBR 3M+1,6%	<b>-</b> <b>959</b>
Carta de Crédito- pesos uruguaios			<b>-</b> <b>12</b>
Contratos de swap		CDI + 1,70% a.a.	<b>58</b> <b>7</b>
			<b>461</b> <b>1.702</b>
Total da dívida			<b>5.863</b> <b>9.051</b>

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante:

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência

*Financiamento do capital de giro: Debêntures e Notas promissórias*

A Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

## *Swaps*

Em relação às operações em moeda estrangeira, o GPA realiza operações de *swap* para trocar obrigações contraídas em dólares norte-americanos ou em outra moeda estrangeira e taxas de juros fixas para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média ponderada anual do CDI em 2022 foi de 12,39%.

## *Obrigações de arrendamento mercantil*

A Companhia adota o CPC 06 R2 “Arrendamento Mercantil”.

No âmbito das celebrações dos contratos, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Caso positivo, a Companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de arrendamento do direito de uso, gozando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de ativos com valor individual inferior a US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos descontados a valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando-se a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de

utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:		
Até 1 ano	490	895
De 1 a 5 anos	1.766	2.807
Mais de 5 anos	1.781	2.416
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	4.037	6.118
Encargos futuros de financiamento	3.038	2.983
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	7.075	9.101

## ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente, a Companhia não mantém quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além daquelas já descritas no item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

## iii. grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor, uma vez que, em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos, financiamentos e títulos, locais ou internacionais, da Companhia eram compostos por dívidas com garantias fidejussórias (aval ou fiança corporativa), não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras da Companhia dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"):

- créditos trabalhistas;
- os créditos gravados com direito real de garantia (se houver) até o limite do valor do bem gravado;
- créditos tributários;
- créditos quirografários;
- multas e penas pecuniárias;
- créditos subordinados (se houver);
- os juros vencidos após a decretação da falência.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, dentre outras, determinam índices e limites de endividamento (*covenants* financeiros), limitação de alienação de ativos e de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário). Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que, conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (swap, termo e opções).

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2022, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

A Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado cruzado nas emissões de debêntures e notas promissórias e nos contratos de empréstimos bancários com as seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Bradesco, BTG Pactual, Scotia Bank, Safra e Santander.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, no último exercício social, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Financiamentos e empréstimos contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2022)

Contratos	Objeto	Valor total (R\$ milhões)	Plano de Investimento	Data da Contratação	Desembolso em 2022 (R\$ milhões)	Garantias
Empréstimo Bancário	Alongamento de dívida	500	Capital de Giro	28/12/2022	500	Não aplicável

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia desembolsou R\$ 500 milhões em operações para financiar capital de giro, decorrentes de empréstimos bancários.

#### h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

(R\$ milhões), exceto quando indicado	Consolidado <sup>(1)</sup>		
	2022	2021	Δ
Receita Bruta	18.531	17.398	6,5%
Receita Líquida	17.321	16.298	6,3%
Lucro Bruto	4.302	4.356	-1,3%
Margem Bruta	23,2%	25,0%	-1,8 p.p.
Desp. Com vendas, Gerais e Administrativas	(3.296)	(3.268)	0,9%
% da Receita Líquida	19,0%	20,1%	-1,1 p.p.
EBITDA Ajustado <sup>(2)</sup>	897	1.162	-22,8%
Margem EBITDA Ajustada	5,2%	7,1%	-1,9 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(435)	(169)	157,1%
Lucro Líquido Controladores	(172)	802	-
Margem Líquida - Controladores	-1,0%	4,9%	-

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil, outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount

(2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

### Exercícios social encerrado em 31 de dezembro de 2022

#### **Receita líquida**

A receita líquida do GPA totalizou R\$ 17,3 bilhões em 2022, aumentou de 6,3% em relação a 2021, ambos os anos estão ajustados pelo IFRS-5 com a descontinuidade das operações de hipermercados e do Grupo Éxito. Essas receitas são provenientes das operações de supermercados do GPA Brasil e seus negócios complementares (James Delivery, Stix Fidelidade e Cheftime).

O crescimento observado do GPA é resultado da seguinte performance das bandeiras de supermercados: (i) Pão de Açúcar, com representatividade de 44% do total, com aumento de 7,8%; (ii) Mercado Extra e Compre Bem, com representatividade de 33% do

total, com aumento de 8,1%; e (iii) Proximidade, com representatividade de 14% do total, com incremento de 18,9%. Essa performance das bandeiras é consequência da expansão orgânica, que em 2022 contou com 72 aberturas de lojas, sendo 44 lojas de proximidade, assim como o crescimento de vendas mesmas lojas. Os outros negócios da companhia, que representam, aproximadamente, 10% do total, apresentaram redução de 15,7%, principalmente diante do menor fluxo de clientes nos postos de gasolina (79% dos outros negócios), com as reformas das lojas de hipermercado após a transação de venda para o Assaí Atacadista.

### ***Lucro Bruto***

Em 2022, o lucro bruto totalizou R\$ 4,3 bilhões, redução de 1,3% diante do ano anterior. A margem bruta atingiu 23,2%, patamar 1,8 p.p. inferior a 2021. O resultado bruto foi impactado pela alta inflação de alimentos de dois dígitos do período, com reflexo nos custos de: mercadorias, mão de obra e de transporte para abastecimento das lojas, assim como o não repasse da totalidade da inflação no preço de venda.

### ***Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas***

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 3,3 bilhões em 2022, um patamar bem próximo dos níveis de 2021. Como percentual da receita líquida, as despesas apresentaram diluição, passando de 20,1% em 2021 para 19,0% em 2022. A eficiência captura no período é resultado do projeto de redução de despesas na sede e lojas.

### ***Outras Despesas e Receitas Operacionais***

As Outras Despesas e Receitas Operacionais atingiram R\$ 435 milhões em 2022 em comparação com R\$ 169 milhões em 2021. O aumento das outras despesas está relacionado com R\$ 284 milhões de despesas excepcionais ocorridas no 4T22, sendo: (i) R\$ (132) milhões relacionado a reavaliação de contingências possíveis de ICMS. Em outubro de 2022, o STF não recebeu recurso no qual se discutia o direito ao crédito de ICMS sobre energia elétrica de setores essenciais e produtivos da operação. Após essa decisão, a Companhia reavaliou os casos nos quais se discute o mesmo tema; (ii) R\$ (99) milhões referente a complemento do saldo de provisões para demandas trabalhistas, com o incremento relacionado a atualização de premissas considerando o valor das condenações mais recentes. Adicionalmente, ressaltamos que, apesar da complementação do saldo, foi observada tendência de queda de novas ações trabalhistas desde o 3T22; e (iii) R\$ (53) milhões referente a despesas com reestruturação e projeto de *resizing* da sede e lojas.

## ***Depreciação e Amortização***

Em 2022, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 931 milhões versus R\$ 810 milhões em 2021, aumento de 14,9%.

## ***Resultado Financeiro Líquido***

Em 2022, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 750 milhões em comparação com uma despesa de R\$ 622 milhões em 2021. Em relação a receita líquida, o resultado de 2022 representou -4,3% vs. -3,8% em 2021, esse aumento observado é consequência, principalmente, do maior custo de dívida em função do aumento do CDI no período.

## ***Lucro Líquido (Prejuízo)***

O prejuízo líquido dos acionistas controladores do GPA consolidado no ano totalizou R\$ 172 milhões em 2022, em comparação com um lucro líquido de R\$ 802 milhões em 2021. A redução do lucro líquido é explicada, principalmente, pela pressão na margem bruta e aumento das outras despesas operacionais, conforme detalhado anteriormente.

## **Fluxo de caixa**

(em milhões de R\$)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(216)	2.728
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	2.834	(77)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(4.703)	(2.743)
<b>Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.085)</b>	<b>(92)</b>
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(568)	(345)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.274	8.711
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>5.621</b>	<b>8.274</b>

## **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**

### **Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais**

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$216. Essa variação decorreu, principalmente: (i) do efeito não caixa de juros incorridos e encargos de variações monetárias no valor de R\$ 1.696; (ii) do efeito não caixa de depreciação e amortização no valor de R\$1.902; (iii) do efeito não caixa das provisões para demandas judiciais no valor de R\$1.523; (iv) compensado em parte pelo ganho na alienação do imobilizado no valor de R\$2.569.

### Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de investimentos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$2.834. Essa variação decorreu, principalmente: (i) pela a alienação das lojas Extra Hiper e imóveis no valor de R\$ 4.560; O efeito foi compensado em parte pelo investimento em abertura de lojas, manutenção, e aquisição de propriedades para investimento no valor de R\$ 1.726.

### Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$4.703. A Companhia recebeu R\$1.545 milhões em empréstimos e financiamentos. As captações foram compensadas principalmente: (i) por pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de R\$3.824; (ii) pagamento de arrendamentos e juros no valor de R\$1378; (iii) pagamento de juros sobre empréstimos no valor R\$755; (iv) pagamento de dividendos no valor de R\$265.

## **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021**

### Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi R\$192, em comparação com o lucro líquido de R\$960. Essa variação decorreu, principalmente: (i) do efeito não caixa de juros incorridos e encargos de variações monetárias no valor de R\$ 1.316; (ii) do efeito não caixa de depreciação e amortização no valor de R\$2.117; (iii) da diminuição dos estoques no valor em R\$989; (iv) compensado em parte pelo do efeito não caixa das baixas dos contratos de arrendamento no valor de R\$1.022.

### Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi R\$77. O caixa foi aplicado principalmente na abertura e manutenção de lojas no valor de R\$1.391. Esse efeito foi parcialmente compensado pela alienação de parte das lojas Extra Hiper e outros ativos no valor de R\$1.315.

### Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi R\$2743. A Companhia recebeu R\$4.860 milhões em empréstimos e financiamentos. As captações foram compensadas principalmente: (i) por pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de

R\$4.833; (ii) pagamento de arrendamentos e juros no valor de R\$1.523; (iii) pagamento de juros sobre empréstimos no valor R\$482; (iv) pagamento de dividendos no valor de R\$780.

## 2.2. Os diretores devem comentar:

### a. resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são provenientes das operações do GPA Consolidado, composto pelo GPA Brasil e Outros negócios. As receitas líquidas estão demonstradas na tabela abaixo em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

#### Receita Líquida

(R\$ milhões)	2022	2021
<b>Consolidado</b>	<b>17.321</b>	<b>16.298</b>
<b>Multivarejo</b>	17.250	16.228
<b>Pão de Açúcar</b>	7.629	7.079
<b>Extra/ Compre Bem <sup>(1)</sup></b>	5.339	4.580
<b>Proximidade <sup>(2)</sup></b>	2.476	2.082
<b>Postos/ Drogarias/ Delivery</b>	1.806	2.487
<b>Outros Negócios <sup>(3)</sup></b>	71	70

(1) Inclui vendas do Extra Supermercado, Mercado Extra e Compre Bem.

(2) Inclui vendas do Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar.

(3) Inclui as vendas do James Delivery, Cheftime e Stix Fidelidade.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

### b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

### c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

### **2.3. Os diretores devem comentar:**

#### **a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não houve mudança de práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022.

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

**(i) Descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper e transação de venda de ativos com Sendas**

Como parte do segmento do Varejo, a Companhia opera diferentes formatos de lojas, incluindo, antes do início da transação ora descrita com a Sendas Distribuidora S.A. ("Assaí"), 103 lojas Extra Hiper, que operavam no modelo de hipermercados. Em linha com a estratégia de otimizar sua plataforma de lojas e alocar recursos relevantes para acelerar o crescimento das bandeiras mais lucrativas, a administração da Companhia decidiu em 2021 por descontinuar a operação de lojas com a bandeira Extra Hiper.

Desta forma, conforme fatos relevantes publicados em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e da Sendas Distribuidora S.A. ("Assaí") a celebração de contrato de cessão de direitos de exploração de 66 pontos comerciais entre a Companhia e Sendas, localizados em diversos estados, envolvendo imóveis próprios e locados de terceiros.

A transação foi realizada da seguinte forma: (i) transferência do fundo de comércio de 66 lojas a Sendas pelo valor de R\$3,928 bilhões; e (ii) venda futura de 17 imóveis a um fundo imobiliário, com garantia e posterior aluguel pelo Assaí, no valor de R\$1,2 bilhão.

Adicionalmente, a Companhia realizou, junto a instituições bancárias, operações de cessões de recebíveis das parcelas residuais devidas pelo Assaí, sendo que o montante total devido pelo Assaí à Companhia pela aquisição de todos os 66 fundos de comércio já foi integralmente recebido pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

Ainda, em complemento a esta transação, das 37 lojas remanescentes Extra Hiper, a Companhia decidiu pela conversão de 25 pontos comerciais para outras bandeiras de maior rentabilidade (Pão de Açúcar e Mercado Extra) e encerramento ou venda das lojas remanescentes.

A transação está detalhada na nota 1.1 das demonstrações financeiras anuais de 2022 emitidas em 27 de fevereiro de 2023.

Embora o processo de alienação dos ativos relativos às lojas Extra Hiper tenha se iniciado em 2021, para fins de descontinuidade da operação sob o aspecto contábil tem-se que parte substancial da alienação se completou no primeiro trimestre de 2022, com o abandono e entrega de 86% do total de lojas ao Assaí.

Portanto desde o primeiro trimestre de 2022, o ganho líquido na alienação dos ativos e o resultado da linha de negócios de hipermercados estão sendo apresentados como operação descontinuada (linha de negócio Extra Hiper), bem como as demonstrações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas, em uma única linha na demonstração do resultado, conforme previsto no IFRS5/CPC31.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita no valor de R\$3,9 bilhões, além das baixas de ativos correspondentes ao montante de R\$1.035 e despesas de R\$1.345 (sendo R\$566 relacionadas à demissão de colaboradores, R\$95 cancelamento de contratos e R\$684 outras despesas relacionadas a transação – custos relacionados a transação, baixa de saldos de outras contas dos balanços relacionadas as lojas e de desmobilização), gerando o resultado líquido da transação no valor de R\$1.564 registrado no resultado de Operações Descontinuadas (nota 33 das demonstrações financeiras anuais de 2022 emitidas em 27 de fevereiro de 2023).

#### **(ii) Transação de segregação e descontinuação das operações da Controlada Êxito na Companhia.**

Em 5 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento do resultado de estudos preliminares para eventual segregação da Companhia e do Êxito, autorizando a Administração a finalizar os estudos acerca dessa transação, bem como a avaliar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, incluindo todas as providências para a criação dos programas de BDRs (Brazilian Depositary Receipts) e ADRs (American Depositary Receipts) do Êxito no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente.

Conforme plano elaborado pela Administração, a transação ocorre por meio de uma redução de capital de GPA com o objetivo de distribuir aproximadamente 83% das ações do Êxito atualmente detidas pelo GPA aos seus acionistas. Desta forma, após a distribuição das ações, o GPA mantém participação minoritária de aproximadamente 13% no Êxito.

Em 30 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou o pedido de registro de companhia aberta categoria “A”, o pedido de registro do programa de Brazilian

Depository Receipts Nível I (“BDR”) perante a CVM, e o pedido para listagem dos BDRs perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balção

A Companhia concluiu também as autorizações prévias necessárias dos principais credores financeiros durante o exercício findo de 2022.

A Administração cumpriu os principais requisitos do processo de segregação da sua controlada Éxito em 2022, sendo que a transação é considerada altamente provável que seja concluída no segundo trimestre de 2023. Assim, conforme o CPC 31/IFRS 5, a controlada Éxito e suas subsidiárias são apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2022 emitidas em 27 de fevereiro de 2023 como ativos mantidos para distribuição no balanço patrimonial e operações descontinuadas no resultado do exercício.

Na assembleia geral extraordinária ocorrida em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovada a redução de capital do GPA no valor de R\$ 7.133 mediante a entrega aos acionistas do GPA de 1.080.556.276 ações ordinárias de emissão do Éxito de propriedade do GPA, sendo 4 ações de emissão do Éxito para cada ação do GPA.

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2022, embora esteja em curso, com previsão para conclusão no segundo trimestre de 2023, o processo de redução da participação societária da Companhia no Éxito para aproximadamente 13%, conforme descrito no item ‘a’ acima.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Não aplicável, em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 além daquelas já descritas no item ‘a’ acima. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**a. informar o valor das medições não contábeis**

O LAJIDA (EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com Resolução da CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes (i) do resultado financeiro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e (iii) das despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes é uma medida de rentabilidade calculada pelo EBITDA excluindo as Outras Despesas e Receitas Operacionais e também outros efeitos não recorrentes. A Administração utiliza a medida em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA ajustado excluindo Outras Receitas e Despesas Operacionais apresentou uma queda de 22,8%] em relação a 2021, passando de R\$1.162 milhões em 2021 para 897 milhões em 2022

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, assim como os respectivos valores do EBITDA ajustado excluindo Outras Receitas e Despesas Operacionais e suas respectivas margens:

**b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

R\$ milhões, exceto quando indicado			
	2022	2021	Δ
Lucro Líquido Companhia - operações em continuidade	(861)	155	-
(+) Imposto de Renda	(454)	(726)	-37,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	750	622	-
(+) Depreciação e Amortização	1.027	942	9,0%
<b>EBITDA</b>	<b>462</b>	<b>993</b>	<b>-53,4%</b>
Receita operacional líquida	17.321	16.298	6,3%
<b>Margem de EBITDA sobre receita operacional líquida</b>	<b>2,7%</b>	<b>6,1%</b>	<b>-3,4 p.p.</b>
(+) Outras Despesas e Receitas Operacionais	435	169	157,1%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>897</b>	<b>1.162</b>	<b>-22,8%</b>
<b>Margem de EBITDA Ajustado sobre receita operacional líquida</b>	<b>5,2%</b>	<b>7,1%</b>	<b>-1,9 p.p.</b>

**c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, pois acredita ser uma medida prática para aferir o seu desempenho operacional.

A Administração utiliza o EBITDA ajustado em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

O EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados. O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

## **2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Na Assembleia geral extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovado: (i) o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.605, mediante a utilização de reservas, sem emissão de novas ações. (ii) redução de capital no valor R\$7.133 mediante a entrega de ações ordinárias de emissão do Êxito de propriedade da Companhia, aos seus acionistas, redução esta que está condicionada ao término do período de 60 dias de oposição dos credores e aprovação dos programas de ADR e BDR de Êxito. Para mais informações sobre tal redução de capital, verificar o item 2.4(a)(ii).

Em 23 de janeiro de 2023, o Conselho da Administração aprovou: (i) a realização da 19ª emissão de debentures simples, em duas séries, no montante de inicialmente R\$750, com a opção de um lote adicional de até 25%; (ii) a possibilidade da distribuição parcial da Oferta, desde que observado o limite mínimo de R\$ 500. A emissão foi concluída no montante de R\$ 500 em 24 de fevereiro de 2023.

**2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

- a. regras sobre retenção de lucros**
- b. regras sobre distribuição de dividendos**
- c. periodicidade das distribuições de dividendos**
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**
- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Descrição	31/12/2022
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>O Estatuto Social estabelece as seguintes deduções do lucro da Companhia, nesta ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda; e</li><li>(b) a importância a ser distribuída aos empregados e administradores a título de participação nos resultados da Companhia.</li></ul> <p>Após tais deduções, o lucro da Companhia terá as seguintes destinações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) 5% para a formação de reserva legal;</li><li>(b) importâncias destinadas a reservas para contingências, caso assim deliberado pela Assembleia Geral;</li><li>(c) 25% para pagamento do dividendo obrigatório.</li></ul> <p>Após as destinações acima, o lucro que não for utilizado para constituir Reserva para Expansão nos termos do Estatuto Social (limitada a 100% do valor do capital social) ou que seja objeto de</p>

Descrição	31/12/2022
	retenção nos termos dos artigos 195-A (Reserva de Incentivos Fiscais) e 196 (Retenção de Lucros) da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo adicional.
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.
<b>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Não aplicável, uma vez que a Companhia não apresentou lucro líquido no período.
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>Nos termos da lei e do Estatuto Social, a Companhia pode pagar dividendos oriundos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) do lucro líquido apurado no exercício fiscal;</li> <li>(b) do lucro líquido acumulado em exercícios fiscais anteriores, ou em qualquer semestre e/ou trimestre de um exercício fiscal anterior; ou</li> <li>(c) de reservas de lucro de exercícios fiscais anteriores ou do primeiro semestre de um exercício fiscal.</li> </ul> <p>Neste caso, “reservas de lucro” significa qualquer reserva para expansão, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, montantes destinados para orçamento de investimentos aprovado por deliberação de acionistas, ou reserva de lucro a realizar, não incluindo qualquer reserva legal.</p> <p>Os dividendos são declarados em Assembleia Geral Ordinária, de acordo com a recomendação do Conselho de Administração e devem ser disponibilizados aos acionistas no prazo definido pela Assembleia que deliberou sobre sua declaração.</p> <p>A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observada a taxa e os limites definidos em lei, sendo certo que os</p>

Descrição	31/12/2022
	<p>valores pagos a título de juros sobre o capital próprio comporão o montante dos dividendos mínimos obrigatórios.</p> <p>Nos termos do Estatuto Social vigente à época da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovou a distribuição dos dividendos e da Lei das Sociedades por Ações, cada acionista conta com o prazo de 3 anos, a contar da data em que o pagamento do dividendo é devido, para reclamar o seu pagamento, após o qual a Companhia não será mais responsável pelo pagamento.</p> <p>A apuração do lucro líquido (ou prejuízo líquido, conforme o caso) e a destinação para reservas em qualquer exercício fiscal foram determinadas com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes.</p>
<p><b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b></p>	<p>Em regra, a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios será anual. Não obstante, poderão ser declarados dividendos intermediários pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do § 3º do artigo 32 do Estatuto Social. A decisão sobre eventual distribuição de dividendos intermediários será tomada pelo Conselho de Administração, a depender da situação financeira e econômica da Companhia.</p>
<p><b>d. Eventuais restrições</b></p>	<p>As escrituras da 18ª e da 19ª emissão de debêntures e um contrato de empréstimo bancário preveem cláusula restritiva que limita a distribuição de dividendos acima do mínimo legal, ressalvadas determinadas exceções expressamente previstas em tais documentos. Para mais informações, vide itens 2.1.iv e 12.3 deste Formulário de Referência.</p>
<p><b>e. Política de destinação de resultados</b></p>	<p>A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.</p>



**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

**ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

**iii. contratos de construção não terminada**

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

**iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**b. natureza e o propósito da operação**

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O Plano de Investimentos para o GPA Consolidado para o ano de 2023 totaliza R\$ 750 milhões, para (i) conversão, abertura e reforma de lojas; (ii) inovação e aceleração dos projetos de transformação digital, incluindo sistemas, marketplace, last milers e novos CD's; (iii) infraestrutura em TI, logística e outros projetos de melhoria da eficiência; e (iv) *real estate*.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do seu fluxo de caixa operacional, Reserva de Expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, notas promissórias e monetização de ativos maduros ou non-core.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não foram realizados desinvestimentos de capital relevantes no último exercício social. Tampouco existe desinvestimento de capital relevante em andamento e/ou previsto.

**iv. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há eventos a divulgar.

**v. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**vi. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Questões ASG são um dos pilares estratégicos de negócio do GPA, possuindo a Companhia um time dedicado a tais questões e um plano de ação validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Diversidade e pelo Conselho de Administração, o qual conta com atividades, metas e compromissos para os próximos anos.

O planejamento ASG da Companhia engloba aspectos relacionados a cinco pilares de atuação: diversidade e inclusão, impacto social, cadeias de valor, mudanças climáticas e ética e transparência. Para execução de ações relacionadas a esses pilares, a Companhia conta com investimentos em diferentes áreas, o que permite a constante evolução dos processos e políticas em linha com os compromissos estabelecidos.

Além do investimento que a Companhia realiza diretamente em ações voltadas aos temas de ASG e do constante estudo de oportunidades de melhoria de nossos negócios visando a minimização de impactos negativos e a potencialização de impactos positivos, o GPA possui como uma de suas metas de remuneração variável importantes temas de ASG, quais sejam, o aumento do percentual de mulheres em cargos de liderança (gerência e acima) e a redução de emissões de CO<sub>2</sub>, direcionando o esforço coletivo da companhia neste tema.

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 2.

## Anexo II

### **À Proposta da Administração e Manual de Participação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2023**

#### Capítulo 8 do Formulário de Referência da Companhia

## **8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2019, alterada em 31 de maio de 2022 ("Política de Remuneração"), com objetivo de estabelecer as diretrizes para remunerar os membros da administração de acordo com as práticas de mercado e, conseqüentemente, possibilitar a atração e retenção de profissionais qualificados e o seu envolvimento alinhado com os interesses da Companhia, norteadas pelos seguintes critérios:

- (i) Responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, quando instalado, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) Tempo dedicado às suas funções;
- (iii) Competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e
- (iv) Valor de seus serviços no mercado.

Adicionalmente, nos termos da Política de Remuneração, a remuneração dos membros da administração poderá ser composta pelos seguintes elementos:

- (i) Remuneração fixa;
- (ii) Benefícios diretos e indiretos, correspondentes a plano de assistência médica, seguro de vida, check-up, benefício para alimentação, entre outros;
- (iii) Remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos Lucros e Resultados);
- (iv) Remuneração variável de longo prazo (correspondente a planos de opção de compra de ações e/ou plano de remuneração em opção de compra de ações); e

- (v) Benefícios pós-emprego, correspondentes à contrapartida em plano de previdência privada para optantes.

A Política de Remuneração encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.gpari.com.br](http://www.gpari.com.br)), e nas páginas eletrônicas da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>).

**b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Nos termos do art. 152 da Lei das S.A. e da Política de Remuneração da Companhia, a Assembleia Geral é responsável por fixar a remuneração global da administração, bem como do Conselho Fiscal, quando instalado, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral entre os órgãos da administração, sendo vedado aos membros do Conselho de Administração que também ocuparem cargo de diretor, ainda que provisoriamente, intervirem no processo de determinação de sua própria remuneração como diretor.

Também compete à Assembleia Geral criar e alterar planos de remuneração baseados em ações, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a criação de programas de remuneração variável, outorga de opções de compra de ações, ações restritas, de acordo com planos aprovados pela Assembleia Geral, estabelecendo suas condições e beneficiários.

Ainda, a Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Tais recomendações são submetidas ao Comitê de Governança Corporativa e Recursos Humanos, responsável pelo encaminhamento e aconselhamento referente a temas de remuneração da Administração, bem como funcionários e executivos não estatutários. Dessa forma, o Comitê de Governança Corporativa e Recursos Humanos e o Conselho de Administração avaliam a adequação da remuneração paga de forma anual para o Conselho de Administração e para a Diretoria, como um todo, e para os membros de cada órgão, individualmente, contando com a assessoria, quando necessária, de consultoria de remuneração contratada para tanto.

Nesse contexto, o Conselho de Administração da Companhia acompanha todo o processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores.

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Conforme informado no item “a” acima, a Política de Remuneração estabelece os critérios adotados para remuneração dos administradores, a saber:

- (i) Responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, quando instalado, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) Tempo dedicado às suas funções;
- (iii) Competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e
- (iv) Valor de seus serviços no mercado.

Ademais, a Companhia contrata empresas especializadas para realizar ou prover acesso a estudos e realizar a avaliação e comparação da posição a ser remunerada de acordo com a prática de mercado (tendo sido aferidas para o exercício de 2022, último ano de sua aplicação, através da Pesquisa *Top Exec* da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação, bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos).

No que tange à remuneração variável dos Diretores estatutários, a Companhia realiza os pagamentos nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não financeiros, independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 8.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio Diretor estatutário, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

Ao analisar o valor da remuneração total de um membro da Diretoria, é necessário destacar que a Companhia referenda a Política de Remuneração de maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais a Companhia se compara (maiores grupos econômicos do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração ao Comitê de Governança Corporativa e Recursos Humanos e ao Conselho de Administração.

### **iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, realizadas por renomadas consultorias externas especializadas e contratadas para tal.

A remuneração mensal, os parâmetros e referências disponibilizadas pela consultoria especializada são avaliados anualmente e comparados ao efetivamente praticado pela Companhia. Com base nestas análises, a área dedicada a temas de remuneração e

estrutura recomenda propostas ao Comitê de Governança Corporativa e Recursos Humanos e ao Conselho de Administração, de modo a manter a competitividade da empresa e aderência à estratégia estabelecida.

**c. composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

**Conselho de Administração**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por uma parcela fixa, que é reajustada periodicamente com base no valor usualmente pago pelo mercado, incentivando tais profissionais a manterem a excelência no exercício de suas funções e a contínua busca pela melhoria dos resultados.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia são elegíveis aos planos de opções de compra de ações e de remuneração em opção de compra de ações detalhados no item 8.4. Além disso, os membros do Conselho de Administração podem fazer jus à remuneração variável de curto prazo, vinculada à dedicação de tempo ou ao cumprimento de responsabilidades e projetos específicos voltados à estratégia da Companhia.

Na medida em que os membros do Conselho de Administração são elegíveis à remuneração variável com retorno em curto e longo prazos, a Companhia entende que há convergência deles com os interesses da Companhia e seus acionistas, de forma que a política e prática de remuneração estão adequadas aos seus interesses de curto, médio e longo prazo.

**Diretoria Estatutária e não estatutária**

A remuneração da Diretoria é composta de uma parcela fixa e uma parcela variável. Com relação à parcela fixa, esta é calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizada pelas consultorias externas contratadas pela Companhia.

A remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos lucros e resultados), é realizada mediante pagamento anual vinculado aos resultados do exercício da Companhia, sendo pago tanto para a Diretoria estatutária quanto para a não estatutária.

A remuneração variável de longo prazo (correspondente ao plano de opção de compra de ações e ao plano de remuneração em opção de compra da Companhia) tem como objetivo estimular e incentivar a eficiência, produtividade, resultado e comprometimento dos Diretores estatutários e não estatutários na sua atuação.

A administração da Companhia entende que os componentes da remuneração estão em linha com os princípios da Companhia, e são satisfatórios para atingir os objetivos da Companhia expostos em sua Política de Remuneração, de geração de valor a curto e longo prazo para a Companhia e seus acionistas.

### **Conselho Fiscal**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado por solicitação da Assembleia Geral, será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

### **Comitês Não Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração**

#### **Comitê de Auditoria**

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta por uma parcela de remuneração fixa calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo conforme as pesquisas de mercado realizadas pelas consultorias contratadas pela Companhia, bem como da participação e número de participação em reuniões nos respectivos órgãos administrativos, assim como a remuneração dos demais comitês.

Para os membros do Comitê de Auditoria que sejam também membros do Conselho de Administração, é possível a extensão do direito aos planos de opções de compra de ações e de remuneração em opção de compra de ações detalhados no item 8.4, adicional para a participação no comitê. Além disso, os membros do Conselho de Administração podem fazer jus à remuneração variável de curto prazo, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A administração da Companhia entende que os componentes da remuneração estão em linha com os princípios da Companhia e são satisfatórios para atingir os objetivos da Companhia expostos em sua Política de Remuneração.

Com relação à parcela fixa, esta é calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizada pelas consultorias externas contratadas pela Companhia. Para os casos do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, é considerado ainda a participação e número de participação em reuniões nos respectivos órgãos administrativos e/ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia.

A remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos lucros e resultados) é realizada mediante pagamento anual vinculado aos resultados do exercício da Companhia para a Diretoria estatutária. Para os membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, o pagamento vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades ou projetos específicos voltados à estratégia da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo (correspondente a planos de opção de compra de ações e/ou plano de remuneração em opção de compra de ações), e tem como objetivo estimular e incentivar a eficiência, produtividade, resultado e comprometimento dos conselheiros e dos Diretores estatutários e não estatutários na sua atuação.

Por fim, os benefícios diretos e indiretos oferecidos pela Companhia têm por objetivo tornar o pacote remuneratório oferecido pela Companhia mais atraente para os profissionais que se pretenda atrair e reter em seus quadros.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos 3 (três) exercícios sociais:

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

<b>% em relação à remuneração total</b>					
	<b>Salário Base</b>	<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Planos de Opção de Compra de Ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	81,78%	3,26%	0,00%	14,96%	100,00%
<b>Diretoria</b>	75,25%	6,51%	5,42%	12,82%	100,00%
<b>Conselho Fiscal</b>	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

<b>% em relação à remuneração total</b>					
	<b>Salário Base</b>	<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Planos de Opção de Compra de Ações</b>	<b>Total</b>

<b>Conselho de Administração</b>	71,71%	7,84%	0,00%	20,44%	100,0%
<b>Diretoria</b>	61,53%	2,32%	24,79%	11,35%	100,0%
<b>Conselho Fiscal</b>	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

<b>% em relação à remuneração total</b>					
	<b>Salário Base</b>	<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Planos de Opção de Compra de Ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	90,08%	4,27%	0,00%	5,65%	100,0%
<b>Diretoria</b>	60,49%	2,06%	18,96%	18,50%	100,0%
<b>Conselho Fiscal</b>	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas anualmente, por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração, inclusive para Diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Estas recomendações são submetidas ao Comitê de Governança Corporativa e Recursos Humanos, responsável pelo encaminhamento e deliberação referente a temas de remuneração da administração, bem como funcionários e executivos não estatutários.

O Conselho de Administração elabora a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores, sempre dividida por órgão.

No que tange à remuneração variável dos diretores, a Companhia realiza os pagamentos nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não

financeiros, independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 8.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Visando cumprir com os objetivos da Política de Remuneração, que é remunerar de acordo com as práticas de mercado (tendo sido aferidas para o exercício de 2022 através da Pesquisa *Top Exec* da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país), possibilitando atrair e reter os melhores talentos em busca de excelência, cada elemento da remuneração considera os seguintes indicadores de desempenho na sua determinação:

- **Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos):** determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o *know-how*, soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo. A Companhia organiza sua estrutura por grades salariais e respectivos salários médios por cada um desses grades, buscando manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado.
- **Participação nos Resultados:** observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no seu plano de negócios, que leva em consideração resultados quantitativos e avaliação de desempenho dos diretores, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia, elaborado nos termos da Lei nº 10.101/2000. A título exemplificativo, nos últimos anos, a Companhia tem utilizado métricas baseadas nos seguintes indicadores para o cálculo dos valores a serem distribuídos no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados: Vendas Líquidas, NPS, Despesas Gerais Administrativas e de Vendas, EBITDA, Índice de Sustentabilidade (% Pessoas com Deficiências; % Mulheres na Liderança; Consumo de Energia), e *Market Share*. Para fins das métricas, alguns indicadores financeiros, dentre eles o lucro líquido, são baseados na norma contábil francesa, que é a norma utilizada pelo acionista controlador da Companhia para consolidação de suas subsidiárias, e que permite que todos os executivos do grupo sejam remunerados sob o mesmo critério.

Como se pode observar, parte desses indicadores são estritamente financeiros e os demais (que incluem parâmetros ESG) são fatores mensuráveis que contribuem para o resultado da Companhia e, portanto, possuem uma correlação com o seu desempenho financeiro. Dada a independência entre os diversos indicadores, cabe notar que haverá a possibilidade de pagamento de valores aos diretores da Companhia no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados independentemente da distribuição de dividendos pela Companhia, com base nos indicadores de desempenho aplicáveis, nos termos dos Programas de Participação nos Resultados celebrados anualmente pela Companhia. Assim, especialmente nos exercícios em que há apuração de prejuízo líquido ou de lucro líquido abaixo das metas corporativas, é possível que o alcance de

percentual superior a 100% no cumprimento das metas atribuídas aos indicadores não estritamente financeiros, compense, ainda que parcialmente, o não atingimento dos indicadores estritamente financeiros. O valor total pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados está previsto e limitado pelos termos e condições previstos nos referidos Programas.

O resultado dos indicadores de Grupo e dos indicadores Individuais é mensurado conforme alcances mínimo, *target* e máximo, estipulados e aprovados, respectivamente, pelo Comitê de Governança Corporativa e Recursos Humanos e pelo Conselho de Administração. É a média de tais resultados que definirá a porcentagem a ser aplicada sobre o alvo dos Programas de Participação nos Resultados de cada indivíduo.

Para a apuração e determinação do valor a ser pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados, a Companhia aplica o método denominado *Performance Score* (alinhado internamente aos objetivos traçados pelo GPA e suas controladas), método que no ano de 2022 foi aplicado inclusive para todos os empregados da Companhia de média liderança (Coordenadores).

- **Remuneração baseada em ações:** informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações estão dispostas no item 8.4 do Formulário de Referência.

## **ii. razões que justificam a composição da remuneração**

Os elementos que compõem o pacote de remuneração da Companhia focam a atração e retenção de talentos, profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia, que poderão contribuir com os seus resultados.

Para tanto, no que tange à remuneração total de um membro da Diretoria, a Companhia referenda a Política de Remuneração de maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais a Companhia se compara (maiores grupos econômicos do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil.

## **iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

O Presidente do Conselho de Administração não recebe nenhum tipo de remuneração, tendo em vista a sua renúncia ao seu direito de receber qualquer remuneração.

## **d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

No exercício de 2022 a remuneração de Administradores e membros dos comitês foi suportada integralmente pela Companhia, assim como o será no exercício de 2023.

**e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos administradores ou membros dos comitês da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal</b>				
<b>Exercício Social de 2023 (Prevista)</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	12	4	3	19
<b>Número de membros remunerados</b>	11	4	3	18
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base ("Fixo")	22.172.101,07	15.092.160,27	432.000,00	30.705.327,31
Benefícios Diretos e Indiretos	975.505,49	2.549.734,56		3.135.037,86
Remuneração por Comitês	-	-	-	-
Outros (d.i)	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus ("Remuneração Variável")	-	-	-	-

Participação em Resultados	-	11.088.224,00	-	11.088.224,00
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	2.573.240,00	3.410.107,00	-	5.983.347,00
<b>Total</b>	<b>25.720.846,57</b>	<b>32.140.225,83</b>	<b>432.000,00</b>	<b>58.293.072,40</b>
<b>Observações:</b> O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.b do OFÍCIO-CIRCULAR Anual CVM/SEP 2023.				

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal</b>				
<b>Exercício Social de 2022</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	12	4	3	19
<b>Número de membros remunerados</b>	11	4	3	18
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base (“Fixo”)	30.357.866,30	9.426.336,60	432.000,00	40.216.202,90
Benefícios Diretos e Indiretos	1.851.465,24	2.336.754,70	-	4.188.219,94
Remuneração por Comitês	-	-	-	-
Outros (d.i)	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus (“Remuneração Variável”)	-	-	-	-
Participação em Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões		1.947.316,28		1.947.316,28
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	16.114.039,00	17.604.897,29	-	33.718.936,29
<b>Remuneração baseada em ações</b>	8.500.000,00	4.606.506,00		13.106.506,00

Total	56.823.370,54	35.921.810,88	432.000,00	93.177.181,41
-------	---------------	---------------	------------	---------------

**Observações:** O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.b do OFÍCIO-CIRCULAR Anual CVM/SEP 2022.

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Social de 2021</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	9,67	2,83	2,58	15,08
<b>Número de membros remunerados</b>	8,67	2,83	2,58	14,08
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base ("Fixo")	24.233.299,21	17.360.180,83	432.000,00	42.025.480,04
Benefícios Diretos e Indiretos	2.650.518,78	655.727,30	0,00	3.306.246,08
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus ("Remuneração Variável")	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Resultados	0,00	6.994.532,46	0,00	6.994.532,46
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração baseada em ações</b>	6.907.644,00	3.201.608,00	0,00	10.109.252,00
<b>Total</b>	<b>33.791.461,99</b>	<b>28.212.048,59</b>	<b>432.000,00</b>	<b>62.435.510,58</b>
<b>Observações:</b> O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.b do OFÍCIO-CIRCULAR Anual CVM/SEP 2022.				

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício Social de 2020</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	12,50	4,58	2,00	19,08
<b>Número de membros remunerados</b>	11,50	4,58	2,00	18,08
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário Base ("Fixo")	62.670.830,68	33.921.016,13	276.000,01	96.867.846,82
Benefícios Diretos e Indiretos	3.063.026,96	1.211.912,04	-	4.274.939,00

Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.i)	1.981.794,25	1.735.557,30	55.199,99	3.772.551,54
<b>Remuneração Variável Anual</b>				
Bônus (“Remuneração Variável”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Resultados	0,00	11.175.169,97	0,00	11.175.169,97
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (d.ii)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração baseada em ações</b>	4.056.474,57	10.905.968,12	0,00	14.962.442,69
<b>Total</b>	<b>71.772.126,46</b>	<b>58.949.623,56</b>	<b>331.200,00</b>	<b>131.052.950,02</b>
<b>Observações:</b> O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.8.b do OFÍCIO-CIRCULAR Anual CVM/SEP 2022.				

**8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando e se instalado, e Comitês de Assessoramento não recebem remuneração variável no exercício de seus cargos, ressalvados pagamentos em caráter excepcional aos membros do Conselho de Administração pela atuação específica em determinados projetos extraordinários, conforme mencionado no item 8.1 acima.

Abaixo é apresentada a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia prevista para pagamento em 2023 e paga com relação aos exercícios 2022, 2021 e 2020.

**Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31.12.2023)**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4	3	19
<b>N.º total de membros remunerados</b>	11	4	3	18
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	22.176.448	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	11.088.224	0,00	0,00

**Remuneração variável relativa do exercício social encerrado em 31.12.2022**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4	3	19
<b>N.º total de membros remunerados</b>	11	4	3	18
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no	0,00	0,00	0,00	0,00

plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	17.261.355	0,00	17.261.355
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	8.630.678	0,00	8.630.678
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

**Remuneração variável relativa ao exercício social encerrado em 31.12.2021**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83	2,58	15,08
<b>N.º total de membros remunerados</b>	0,00	2,83	0,00	2,83
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	28.981.131,30	0,00	28.981.131,30
Valor previsto no plano de remuneração	0,00	14.490.565,65	0,00	14.490.565,65

remuneração, caso as metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	6.994.532,46	0,00	6.994.532,46

**Remuneração variável relativa ao exercício social encerrado em 31.12.2020**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>N.º total de membros</b>	12,50	4,58	2,00	19,08
<b>N.º total de membros remunerados</b>	0,00	4,58	0,00	4,58
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	28.891.131	0,00	28.891.131
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	14.490.565	0,00	14.490.565
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	11.175.169	0,00	11.175.169

#### **8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

Em 9 de maio de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária (i) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga ("Plano de Opção"); e (ii) a criação do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga ("Plano de Remuneração" e, em conjunto com o Plano de Opção Antigo e o Plano de Opção, os "Planos"). O Plano de Opção e o Plano de Remuneração tiveram ainda alterações aprovadas nas (i) Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015 e em 25 de abril de 2019 e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2019.

A seguir, a Companhia descreve os Planos que possuíam opções vigentes em 31 de dezembro de 2022:

#### **PLANO DE REMUNERAÇÃO**

##### **a. termos e condições gerais**

O Plano de Remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia para assessorá-lo na administração do Plano de Remuneração, dentre outras matérias ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que for necessário para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B" seguida de um número, sendo que a primeira outorga de opções de compra de ações sob os termos do Plano de Remuneração receberá a letra B1 e as séries subsequentes a letra B e o número subsequente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B6, B7 e B9 do Plano de Remuneração.

São elegíveis para participar do Plano de Remuneração os empregados e administradores da Companhia, assim como os empregados e administradores das sociedades integrantes do Grupo GPA que sejam considerados executivos-chave ("Participante"), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação no Plano de Remuneração não interfere nos rendimentos a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como

salário, honorários, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

**b. data de aprovação e órgão responsável**

O Plano de Remuneração foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de maio de 2014, tendo sido aditado em assembleias gerais extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015, 24 de abril de 2019, e 30 de dezembro de 2019.

**c. número máximo de ações abrangidas**

Nos termos do Plano de Remuneração, as opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Remuneração poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Remuneração está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

**d. número máximo de opções a serem outorgadas**

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer as quantidades totais de opções a serem outorgadas por meio de programas, observado, no entanto, o número máximo de opções a serem outorgadas previstos no item (c) acima.

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

**e. condições de aquisição de ações**

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Remuneração (“Contrato de Opção”).

Para os fins do Plano de Remuneração, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Remuneração com a formalização do Contrato de Opção (“Data de Outorga”).

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia informando a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer, e somente poderá exercê-la durante Período de Exercício (conforme definido abaixo. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção (“Termo de Exercício de Opção”).

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício, observados os respectivos períodos de carência, conforme indicado no item (g) abaixo.

O Plano de Remuneração não prevê outras condições para permitir o exercício das opções outorgadas e consequente aquisição das ações.

#### **f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgada no âmbito do Plano de Remuneração é de R\$0,01 (um centavo) ("Preço de Exercício").

#### **g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga ("Período de Carência") e somente poderão ser exercidas no Período de Exercício que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga ("Período de Exercício"), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (k) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

#### **h. forma de liquidação**

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção ("Data de Aquisição das Ações"); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de desconto em folha de pagamento do Participante, observado que a data limite será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações ("Data de Pagamento").

#### **i. restrições à transferência das ações**

O Plano de Remuneração não prevê restrições à transferência ou circulação das ações obtidas com o exercício das opções, ficando ressalvada a competência do Conselho de Administração para estabelecer tais restrições nos contratos de outorga que entender necessários.

**j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

As opções outorgadas nos termos do Plano de Remuneração extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Remuneração; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (k) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Remuneração venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Remuneração.

**k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Remuneração poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano Remuneração. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA, conforme o caso) por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Remuneração. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese de o Participante ser transferido da Companhia para outra sociedade do Grupo Pão de Açúcar, o Participante poderá exercer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da transferência, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

## **PLANO DE OPÇÃO**

### **a. termos e condições gerais**

O Plano de Opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelo Comitê (conforme definido acima).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “C” seguida de um número, sendo que a primeira outorga de opções de compra de ações recebeu a denominação “C1” e as séries subsequentes a letra C e o número subsequente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C6, C7 e C9 do Plano de Opção.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e administradores da Companhia, sendo certo que poderão também participar os empregados e administradores das sociedades integrantes do GPA que sejam considerados executivos-chave (“Participante”), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação do Participante no Plano de Opção não interfere na remuneração a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

#### **b. data de aprovação e órgão responsável**

O Plano de Remuneração foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de maio de 2014, tendo sido aditado em assembleias gerais extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015, 24 de abril de 2019, e 30 de dezembro de 2019 e posteriormente.

#### **c. número máximo de ações abrangidas**

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Opção está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

#### **d. número máximo de opções a serem outorgadas**

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer as quantidades totais de opções a serem outorgadas por meio de programas, observado, no entanto, o número máximo de opções a serem outorgadas previstos no item (c) acima.

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

#### **e. condições de aquisição de ações**

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Opção (“Contrato de Opção”).

Para os fins do Plano de Opção, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Opção com a formalização do Contrato de Opção (“Data de Outorga”).

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção (“Termo de Exercício de Opção”).

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício, observados os respectivos períodos de carência, conforme indicado no item (g) abaixo.

O Plano de Opção não prevê outras condições para permitir o exercício das opções outorgadas e consequente aquisição das ações.

#### **f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício da opção de compra de ações para cada série outorgada no âmbito do Plano de Opção, deverá ser correspondente a 80% (oitenta por cento) da média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que deliberar a outorga das opções daquela série (“Preço de Exercício”).

#### **g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga (“Período de Carência”) e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga (“Período de Exercício”), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (k) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

#### **h. forma de liquidação**

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção ("Data de Aquisição das Ações"); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações ("Data de Pagamento").

#### **i. restrições à transferência das ações**

Nos termos do item 6.5 do Plano de Opção, o Participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Pagamento de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou ainda celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Opção.

#### **j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Opção; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (k) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

**k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros

e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese de o Participante ser transferido da Companhia para outra sociedade do Grupo Pão de Açúcar, o Participante poderá exercer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da transferência, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
  - i. em aberto no início do exercício social
  - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
  - iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

As tabelas abaixo indicam a remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecidas no resultado nos últimos 3 exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

**Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º de membros remunerados</b>	1	4
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,01 (B6) 17,39 (C6) 0,01 (B7) 12,60 (C7)	0,01 (B6) 17,39 (C6) 0,01 (B7) 12,60 (C7)  0,01 (B9)  17,28 (C9) 0,01 (B10) 15,62 (C10)*
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	0
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0,04%	0,27%

[1] A diluição apresentada é uma estimativa considerando o acréscimo de opções a serem outorgadas neste exercício (B10, C10) e está sujeita a alteração, a depender da cotação das ações em bolsa na data da outorga.

### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	13,00	4
<b>N.º de membros remunerados</b>	2	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,01 (B6) 17,39 (C6) 0,01 (B7) 12,60 (C7)	0,01 (B6) 17,39 (C6)* 0,01 (B7) 12,60 (C7)* 0,01 (B9) 17,28 (C9)**
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0,01 (B6) 17,39 (C6)
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0,12% <sup>1</sup>	0,17%

*\*Considerando que em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada a cisão de Sendas Distribuidora S.A. e que tal operação ocasionou a redução proporcional do valor de mercado das ações da Companhia, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01/06/2021 foi ratificada a definição do preço de fechamento do pregão de 1º de março de 2021 das ações da Companhia para reduzir, de forma proporcional, o preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em relação às séries C6 e C7 e que estivessem em aberto naquela data, conforme segue: Série C6 – de R\$ 70,62 para -- R\$ 17,39; e Série C7 --- de R\$ 51,18 para R\$ 12,60*

*\*\*A diluição apresentada é uma estimativa considerando o acréscimo de opções que poderiam ter sido outorgadas no exercício 2022 (B9, C9), estando sujeita a alteração, a depender da cotação das ações em bolsa na data da outorga (2022).*

### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º de membros remunerados</b>	1,00	2,83
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,01 (B5) 0,01 (B6)	0,01 (B3) 37,21 (C3) 0,01 (B4) 56,78 (C4)* 0,01 (B5)

		62,61 (C5)* 0,01 (B6) 70,62 (C6)* 0,01 (B7) 51,18 (C7)*
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	0,01 (B5) 62,61 (C5)
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0,12%	0,23%

*\*Considerando que em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada a cisão de Sendas Distribuidora S.A. e que tal operação ocasionou a redução proporcional do valor de mercado das ações da Companhia, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01/06/2021, foi ratificada a definição do preço de fechamento do pregão de 1º de março de 2021 das ações da Companhia para reduzir, de forma proporcional, o preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e que estivessem em aberto naquela data, em relação às séries C4, C5, C6 e C7, de forma que o preço médio de exercício das opções em aberto no início do exercício de 2021 (constantes da tabela) foram então ajustados conforme segue: Série C4 --- R\$ 13,98; Série C5 --- R\$ 15,42; Série C6 --- R\$ 17,39; E Série C7 --- R\$ 12,60*

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	12,50	4,58
<b>N.º de membros remunerados</b>	1,00	4,58
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,01 (B5) 0,01 (B6)	0,01 (B3) 37,21 (C3) 0,01 (B4) 56,78 (C4) 0,01 (B5) 62,61 (C5) 0,01 (B6) 70,62 (C6)
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0,01 (B4) 56,78 (C4)
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	0,04%	0,28%



**8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

**Outorga de opções de compras de ações – previsão para o exercício social corrente (2023)**

<b>Série 10</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	1	4
Data de outorga	31/05/2023	31/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	137.372	364.094
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	31/05/2026	31/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	31/11/2026	31/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	Em virtude da segregação dos negócios de Êxito e GPA, que impactará o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.	Em virtude da segregação dos negócios de Êxito e GPA, que impactará o valor de mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo	Em virtude da segregação dos negócios de Êxito e GPA, que impactará o valor de mercado	Em virtude da segregação dos negócios de Êxito e GPA, que impactará o valor de

valor justo das opções na data da outorga	das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.	mercado das ações de GPA, não é possível estimar com precisão o valor justo das ações na data de outorga.
---	---	---

### Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2022

Série B9		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	2	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	250.888	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	17,67	17,67
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$4.433.191,96	R\$3.141.779,01

Série C9		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	1	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	77.196	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	180 dias	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	7,68	7,68

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$592.865,28	R\$1.365.527,04
--	---------------	-----------------

**Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2021**

<b>Série B7</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º total de membros remunerados</b>	2,00	2,83
Data de outorga	01/01/2021	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	193.466	29552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2023	01/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2023	30/11/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 72,68	R\$ 72,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$14.061.108,88	R\$2.147.839,36
<b>Série C7</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º total de membros remunerados</b>	N/A	2,83
Data de outorga	N/A	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	29.552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	01/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30/11/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 31,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$920.544,80

### **Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2020**

Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve outorga de opções de compra de ações, seja no âmbito do Plano de Remuneração, seja no âmbito do Plano de Opção.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**

<b>Série B9</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	2	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	250.888	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A

Valor justo das opções na data de outorga	17,67	17,67
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$4.433.191,96	R\$3.141.779,01

<b>Série C9</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º total de membros remunerados</b>	1	4
Data de outorga	31/05/2022	31/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	77.196	177.803
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2025	01/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2025	30/11/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	180 dias	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	7,68	7,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$592.865,28	R\$1.365.527,04

#### **Outorga de opções de compras de ações – exercício social encerrado em 2021**

<b>Série B7</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º total de membros remunerados</b>	2,00	2,83
Data de outorga	01/01/2021	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	193.466	29552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2023	01/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2023	30/11/2023

Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 72,68	R\$ 72,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$14.061.108,88	R\$2.147.839,36
<b>Série C7</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º total de membros remunerados</b>	N/A	2,83
Data de outorga	N/A	31/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	29.552
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	01/06/2023
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30/11/2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	180 dias
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 31,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$920.544,80

**8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Abaixo são apresentadas as opções exercidas e as ações entregues em razão do exercício para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020.

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**

<b>Série B6</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º de membros remunerados</b>	2	3
N.º de ações	83.431	16.475
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,01	R\$0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$88,26	R\$88,26
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$7.363.620,06	R\$ 1.454.083,50

<b>Série C6</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12	4
<b>N.º de membros remunerados</b>	1	2
N.º de ações	11.974	17.704
Preço médio ponderado de exercício	R\$17,39	R\$17,39

Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$70,88	R\$70,88
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$848.717,12	R\$1.254.859,52

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

<b>Série B5</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º de membros remunerados</b>	0	3
N.º de ações	0	68.602
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$84,24
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$5.778.346,46

<b>Série C5</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	9,67	2,83
<b>N.º de membros remunerados</b>	0	3
N.º de ações	0	68.602
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$62,61
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$84,24
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$1.456.420,46

**Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

<b>Série B4</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12,50	4,58
<b>N.º de membros remunerados</b>	0	3
N.º de ações	0	43.302
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$0,01
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	67,33
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$2.915.090,64

<b>Série C4</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N.º total de membros</b>	12,50	4,58
<b>N.º de membros remunerados</b>	0	3
N.º de ações	0	43.302
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$56,78
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	67,33
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	R\$456.836,10

**8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. órgão**

**b. número total de membros**

**c. número de membros remunerados**

**d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não aplicável, considerando que não houve entregas de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais e que não há previsão de que sejam entregues ações diretamente aos administradores durante o exercício em curso (2023).

**8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de ações outorgadas**
- f. prazo máximo para entrega das ações**
- g. prazo de restrição à transferência das ações**
- h. valor justo das ações na data da outorga**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não aplicável, considerando que não houve entregas de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais e que não há previsão de que sejam entregues ações diretamente aos administradores durante o exercício em curso (2023).

**8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de aquisição**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável, considerando que não houve entregas de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais e que não há previsão de que sejam entregues ações diretamente aos administradores durante o exercício em curso (2023).

**8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

**a. modelo de precificação**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções, conforme é possível observar no item “b” a seguir.

**b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções. Considerando as opções outorgadas em 2022, temos:

	<b><u>Na data de outorga</u></b>
Preço médio ponderado das ações (por ação), conforme valor médio dos 20 últimos pregões com relação à data de outorga	Série B3: R\$ 46,51 Série C3: R\$ 46,51 Série B4: R\$ 70,98 Série C4: R\$ 70,98 Série B5: R\$ 78,26 Série C5: R\$ 78,26 Série B6: R\$ 88,27 Série C6: R\$ 88,27 Série B7: R\$ 63,97 Série C7: R\$ 63,97
Preço de exercício	Série B3: R\$ 0,01 Série C3: R\$ 37,21 Série B4: R\$ 0,01 Série C4: R\$ 56,78* Série B5: R\$ 0,01 Série C5: R\$ 62,61* Série B6: R\$ 0,01 Série C6: R\$ 70,62* Série B7: R\$ 0,01 Série C7: R\$ 51,18* Série B9: R\$ 0,01 Série C9: R\$ 17,28*
Volatilidade atualizada esperada	43,48%
Prazo de vida das opções	<b>3 anos</b>
Dividendos esperados	3,58%
Taxa de juros livre de riscos	13,75%

Valor justo da opção na data da outorga (por Vide item 8.7 acima opção)

*\*Considerando que em 31 de dezembro de 2020 foi aprovada a cisão de Sendas Distribuidora S.A. e que tal operação ocasionou a redução proporcional do valor de mercado das ações da Companhia, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 01/06/2021, foi retificada a definição do preço de fechamento do pregão de 1º de março de 2021 das ações da Companhia para reduzir, de forma proporcional, o preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia das opções em aberto naquela data, em relação às séries C4, C5, C6 e C7, conforme segue:*

*Série C4 --- R\$ 13,98*

*Série C5 --- R\$ 15,42*

*Série C6 --- R\$ 17,39*

*Série C7 --- R\$ 12,56*

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B7 e C7: (a) expectativa de dividendos de 1,61%, (b) expectativa de volatilidade de 37,09% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 5,47%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B8 e C8: (a) expectativa de dividendos de 4,50%, (b) expectativa de volatilidade de 43,48% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,96%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de 2,13 (1,06 anos em 31 de dezembro de 2021). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$12,80 (R\$16,02 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das ações acima se refere as ações da Companhia. Após a separação da Sendas Distribuidora, e durante o período de transição, certos executivos da Companhia tem remuneração em ações de Sendas Distribuidora, contabilizados como despesa. A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

**c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não são considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados decorrentes de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário, bem como em decorrência de eventos societários.

A Companhia adota a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que se tornarem exercíveis. Dessa forma, o prazo de vida das opções adotado nos cálculos é de 3 anos, de acordo com a série de outorga e correspondentes prazos de carência.

**d. forma de determinação da volatilidade esperada**

Para o cálculo da volatilidade esperada, a Companhia utiliza o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia, de acordo com o prazo de vigência das opções.

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

A Companhia entende que não há outras características adicionais a informar neste item. Todas as características relevantes relacionadas ao Plano de Opção e ao Plano de Remuneração estão descritas e consideradas neste item, bem como nos itens anteriores.

**8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

- a. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum em 28 de fevereiro de 2023:

**Companhia**

<b>Conselho de Administração</b>	62.110 ações ordinárias
<b>Diretoria</b>	9.871 ações ordinárias
<b>Conselho Fiscal</b>	Não aplicável

**8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
N.º total de membros	12	4
N.º de membros remunerados	1	3
Nome do plano	Plano de Previdência Privada do Grupo Pão de Açúcar, com a Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Plano de Previdência Privada do Grupo Pão de Açúcar, com a Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ter, no mínimo, 60 anos de idade;</li> <li>- Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com o Grupo Pão de Açúcar;</li> <li>- Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e</li> <li>- Ter cessado o vínculo com o Grupo Pão de Açúcar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ter, no mínimo, 60 anos de idade;</li> <li>- Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com o Grupo Pão de Açúcar;</li> <li>- Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e</li> <li>- Ter cessado o vínculo com o Grupo Pão de Açúcar.</li> </ul>
Valor acumulado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela	R\$ 5.624.128,13	

relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores		
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 225.661,10	
Possibilidade de resgate antecipado e condições	<p>É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 4 anos;</li> <li>- Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 4 a 5 anos;</li> <li>e</li> <li>- Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 5 anos</li> </ul>	<p>É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 4 anos;</li> <li>- Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 4 a 5 anos; e</li> <li>- Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 5 anos.</li> </ul> <p>Exclusivamente para os casos de Diretores Estatutários, será liberado 100% da reserva no final do respectivo mandato.</p>

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Nº de membros</b>	4	2,83	4,58	12	9,67	12,50	3	2	2
<b>Nº de membros remunerados</b>	4	2,83	4,58	11	8,67	11,50	3	2	2
<b>Valor da maior remuneração Real</b>	15.775.839,84	9.329.083,17	14.329.313,53	43.161.131,79	25.722.978,79	65.944.593,42	156.000	156.000,00	99.666,67
<b>Valor da menor remuneração (Real)</b>	4.989.097,98	911.422,79	819.045,67	224.640	53.005,79	216.000,00	138.000	46.000,00	88.166,67
<b>Valor médio da remuneração (Real)</b>	6.324.976,27	5.451.258,16	11.682.744,25	5.422.791,60	2.634.488,01	5.520.932,80	144.000	97.877,78	97.877,78

Observações

<b>Diretoria Estatutária</b>	
<b>31/12/2022</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por período inferior a 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses</p>
<b>31/12/2021</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p>
<b>31/12/2020</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses</p>

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2022</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por período inferior a 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p>
<b>31/12/2021</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p>
<b>31/12/2020</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses</p>

**Conselho Fiscal**

<b>31/12/2022</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p>
<b>31/12/2021</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p>
<b>31/12/2020</b>	<p>*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses.</p> <p>**Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses</p>

**8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2021, foi aprovada a alteração do estatuto social da Companhia para a inclusão de artigo prevendo expressamente a possibilidade da Companhia celebrar contratos de indenidade com seus administradores, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração e desde que observados os parâmetros mínimos estabelecidos no Estatuto Social.

Em 31 de maio de 2022, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada uma política de indenidade prevendo as condições gerais dos compromissos de indenidade que podem ser celebrados entre a Companhia e seus administradores, a qual possui como anexo a minuta padrão do contrato de indenidade em si.

O objetivo do contrato de indenidade é indenizar e manter indene os administradores, membros de comitês estatutários, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão da Companhia ou de suas subsidiárias (“Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por tais pessoas por força do exercício regular de suas funções. Tal indenização possui caráter suplementar, sendo devida apenas após a utilização de eventuais coberturas do seguro D&O.

Cada Beneficiário deve firmar seu respectivo contrato de indenidade com a Companhia, sendo que o compromisso de indenidade será vinculado a um limite máximo conforme definido em cada contrato. Outrossim, não estão incluídas nas obrigações de indenização atos que tenham sido praticados por qualquer Beneficiário em desacordo com a legislação aplicável, o estatuto social e as políticas e códigos da Companhia, bem como em descumprimento e/ou não observância dos deveres dos administradores.

A política de indenidade na íntegra, bem como o modelo de contrato de indenidade a ela anexo, pode ser consultada no site da CVM e no site de RI da Companhia.

**8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

<b>Órgão</b>	<b>Exercício corrente (2023)</b>	<b>Exercício 2022</b>	<b>Exercício 2021</b>	<b>Exercício 2020</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Conselho de Administração</b>	10,21%	4,38%	7,06%	3,70%
<b>Conselho Fiscal</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

**8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022, não houve remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupavam nos órgãos da administração da Companhia.

De igual modo, não há previsão, para o exercício social corrente (2023), de que os administradores da Companhia recebam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

**8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Nos exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve valores de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

De igual modo, não há previsão, para o exercício social corrente (2023), de que sejam reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia valores de remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal.

Em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram reconhecidos determinados valores de remuneração atribuída em função do cargo ocupado (conforme tabelas abaixo) no resultado da Sendas Distribuidora S.A., à época controlada da Companhia, e também no resultado da Companhia, por consolidação. Portanto, tais valores estão refletidos nas remunerações informadas no item 8.2 deste Formulário de Referência.

<b>Exercício social 31.12.2021 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Controladas do emissor</b>	0,00	8.047.481,32	0,00	8.047.481,32
<b>Sociedades sob controle comum</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Exercício social 31.12.2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Controladas do emissor</b>	0,00	14.329.313,53	0,00	14.329.313,53
<b>Sociedades sob controle comum</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

## **8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Companhia não possui informações relevantes adicionais àquelas já prestadas neste Capítulo 8.